

Guilherme Bancke

### Os Espasmos de um Punho sem Corpo

Durante a madrugada do dia 3 de janeiro, as forças especiais americanas – Delta Force – realizaram uma grande operação na Venezuela, capturando o então presidente Nicolás Maduro. O inquilino da Casa Branca, Donald Trump, transferiu Maduro sob custódia para Nova Iorque, onde está sendo julgado por um tribunal americano. O evento é a culminação das escaladas que ocorreram no final do ano passado entre Estados Unidos e Venezuela. Agora, sem seu ditador, o Estado Bolivariano vê seu punho desgovernado, sendo impossível prever se ele se fecha ou se abre.

Às 2h da manhã, em horário local, começaram as explosões em Caracas e arredores. Na hora seguinte Maduro foi capturado pela Delta Force e transferido para o USS Iwo Jima. O presidente americano, Donald Trump, anunciou no início da manhã, na Truth Social, que os Estados Unidos realizaram com sucesso um ataque de larga escala contra a Venezuela, resultando na captura de Nicolás Maduro e de sua esposa e na retirada do presidente do país, em operação conduzida por autoridades norte-americanas. Em seu pronunciamento pela Fox News às 13h, Trump declarou que restauraria a dominância americana sobre o hemisfério ocidental e afirmou que os Estados Unidos iriam governar a Venezuela até que pudessem fazer uma “transição segura, adequada e sensata”,



inclusive enfatizando que a líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, “não teria apoio nem o respeito necessário para governar a nação”. A vice-presidente, Delcy Rodríguez, condenou os ataques e se posicionou contra as demandas americanas, sendo empossada como presidente interina pela Câmara Constitucional da Suprema Corte da Venezuela. Às 18h, o líder bolivariano chegou detido aos Estados Unidos.

Analisando as operações militares de maneira mais detalhada, os Estados Unidos afirmaram, segundo o secretário de Defesa Pete Hegseth, que a ação foi condicionada a janelas meteorológicas favoráveis, mantendo forças em prontidão até o momento ideal. Tratou-se de uma operação aérea-especial de larga escala, empregando mais de 150 aeronaves e cerca de 11 helicópteros. O aeroporto de Higuero foi bombardeado com o objetivo de garantir superioridade aérea, permitindo o avanço em direção a Caracas ao contornar a cadeia montanhosa que historicamente favorece a defesa da capital venezuelana.

Diversas regiões de importância militar em Caracas e arredores também foram atingidas. A captura de Nicolás Maduro ocorreu por meio de um cerco progressivo: as passagens secundárias de acesso ao bunker presidencial foram destruídas, forçando o presidente a utilizar a rota principal, onde acabou interceptado por forças americanas. Paralelamente, bombardeios estratégicos atingiram quase todas as instalações militares relevantes, enquanto um ataque cibernético neutralizou as comunicações e energia elétrica. Sob um ataque surpresa, sem coordenação ou informação, as forças venezuelanas não conseguiram organizar resistência efetiva, tampouco infligir baixas aos americanos. A CIA mantém presença na Venezuela desde agosto de 2025 e, segundo especulações, teria fornecido apoio em solo e inteligência decisiva, tornando possível o sucesso do ataque de decapitação. A operação foi extraordinária do ponto de vista legal. A captura do presidente bolivariano por forças americanas foi justificada com base no AUMF (Authorization for Use of Military Force),

O Secretário de Defesa Pete Hegseth conversa com repórteres em frente à sede do Comando Africano dos EUA em Stuttgart, Alemanha, em 11 de fevereiro de 2025, após uma reunião municipal com membros do serviço. (Michael Abrams/Stars and Stripes)



ainda que essa fundamentação seja, por si só, juridicamente dúbia. Trata-se de um ataque direto a um chefe de Estado, com emprego massivo de força aérea, sem autorização prévia do Congresso americano, o que já coloca a operação em terreno constitucionalmente contestável. Entretanto, essa não foi a totalidade da controvérsia. O atual governo republicano avançou além da captura ao anunciar uma intervenção e ocupação da Venezuela. O presidente Donald Trump declarou que os Estados Unidos passariam a administrar o país e a privatizar a empresa petrolífera estatal PDVSA (Petróleos de Venezuela, S.A.), caracterizando uma intervenção americana completa. Tal movimento seria viabilizado pela chamada “segunda onda”, composta por tropas terrestres e pela frota americana estacionada no Caribe.

Essa escalada, no entanto, é considerada ilegal sem autorização do Congresso, autorização que não foi concedida. Em resposta, o Senado americano aprovou uma resolução destinada a restringir a capacidade do presidente Trump de conduzir novas ações militares contra a Venezuela. O unilateralismo do Executivo foi duramente criticado por congressistas da oposição, como o senador Chris Coons, que afirmou: “[...] uma operação militar para capturar e derrubar um presidente — mesmo que ilegítimo — é um ato de guerra que deve ser autorizado pelo Congresso. A administração Trump não apenas deixou de buscar a aprovação do Congresso, como sequer notificou os membros de qualquer um dos partidos até que o ataque tivesse sido concluído”.

Essa nova conjuntura expôs inconsistências, especialmente no que tange às declarações do secretário de estado Marco Rubio e do presidente Donald Trump. Rubio, em declaração na manhã do dia 3 de janeiro, após a operação que capturou Maduro, afirmou que não haveria mais operações militares contra a Venezuela, somente combate ao narcotráfico venezuelano. Essa declaração contrasta com o pronunciamento de Trump na Fox News, que afirmou ter uma segunda onda preparada e que administraria a Venezuela e seu petróleo. Esse contraste torna o futuro da Venezuela incerto, gerando imprevisibilidade em meio a uma crise geopolítica na América não vista desde o século passado.



“Doutrina Monroe”: *Cartoon* de WA Rogers mostra potentados europeus observando o poderio naval americano, em torno de 1904. Do *New York Herald*. Sem data ([Fonte](#): BBC)

Entrando no âmbito geopolítico, a ação é sem precedentes e altamente alarmante. Os Estados Unidos, nas últimas décadas, após o fim da Guerra Fria, foram abandonando a doutrina Monroe, reduzindo intervenções diretas na América Latina nesse período. Esse movimento abrupto da Doutrina Monroe, ou como é chamada sob a reinvenção de Trump, a “doutrina Donroe”, tentando manter o hemisfério como seu quintal geopolítico e alinhado aos

Também, é crucial analisar pela ótica da política do petróleo. O artigo "Carrots, Sticks, and Sledgehammers", do CSIS, prevê que, para atingir as metas eleitorais de abaixar em 50% o preço da energia, Trump precisaria do barril de petróleo entre 40-50 dólares, bem distante dos cerca de 61 dólares atuais. Os embargos à Rússia, Irã e Venezuela, grandes produtores de petróleo, diminuíram a oferta global, assim elevando o preço da commodity, e tornando necessária pressão à OPEP+ para

o que seria prejudicial e arriscado para as relações estadunidenses com diversos países, como a Arábia Saudita. Logo, com a Venezuela e seu petróleo sob administração americana, os Estados Unidos poderiam aumentar a oferta de petróleo, abaixando os preços globais e permitindo preços de gasolina e energia baixos, um fator decisivo para o eleitorado americano, especialmente pela proximidade das eleições de meio mandato.

Também, deve-se considerar a importância da guerra contra as drogas, que foi o *casus belli* usado para a quebra do status quo. O segundo mandato do governo Trump nos EUA é marcado pelo grande foco na guerra contra as drogas, utilizado diversas vezes para justificar atritos com as contenções do sistema internacional, como o caso em que Trump justificou tarifas em março do ano passado ao Canadá por um suposto comércio ilegal de fentanil exacerbado nas fronteiras.



O presidente dos EUA, Donald Trump, segura um gráfico enquanto faz comentários sobre tarifas recíprocas Imagem: BRENDAN SMIALOWSKI/AFP

interesses americanos.	atingir os objetivos americanos,	
------------------------	----------------------------------	--





Na questão venezuelana, a retórica do envolvimento de Maduro no narcotráfico junto à delimitação do tráfico de drogas como terrorismo deu a oportunidade ao presidente vigente de justificar suas ações a partir da já mencionada AUMF, além de ser, junto à questão de gangues venezuelanas nos EUA, uma questão constantemente levantada por Trump para justificar a operação e intervenção como segurança nacional.

Olhando agora, sob a ótica da comunidade internacional sobre esses eventos, diversos países se pronunciaram. A União Europeia rapidamente declarou: "A União Europeia afirmou repetidamente que Maduro não tem legitimidade e defendeu uma transição pacífica". Já Javier Milei, presidente da Argentina, publicou nas redes: "A liberdade avança. Viva a liberdade, caralh\*!". Na América Latina houve um misto de condenações diplomáticas e apoio à deposição de Maduro. Nos governos nacionais da Europa houve reações mistas, combinando protesto leve às ações de Trump, mas reiterando a falta de legitimidade e a tirania de Maduro. China, Irã e Rússia, grandes parceiros da Venezuela, também repudiaram as ações americanas e as classificaram como violação do direito internacional e da soberania venezuelana. No geral, as reações foram tímidas pela grande parte da comunidade internacional, com condenações moderadas e concessivas sem reações práticas.

Com as discussões na ONU tornando-se acessórias diante do poder de veto americano, a Venezuela se encontra sob um regime militarizado sem legitimidade, privado de seu líder, com uma presidente interina constrangida a ceder continuamente às pressões de Washington, enquanto seu antigo chefe de Estado é julgado em Nova Iorque. A conjuntura atual se posiciona no limiar entre uma estabilização abrupta e uma decadência marcada por violência acelerada. Resta saber se o punho se abrirá em concessões e em uma democracia negociada, ou se se fechará na paranoia de uma junta sem liderança forte. Trinta e seis anos se passaram desde o suposto fim da história, mas o que se seguiu não foi seu encerramento, mas um feriado estendido - e esse feriado chega agora ao fim. Amanhã a história voltará a trabalhar.



Mulher enrolada em uma bandeira do Brasil vota em Brasília. — Foto: EVARISTO SÁ / AFP

Douglas Sousa Lauletta

## O Tabuleiro Eleitoral

O mês de janeiro de 2026 iniciou-se sob a sombra das eleições gerais de outubro. Diferente de ciclos anteriores, a campanha eleitoral de 2026 começou "extraoficialmente" já no primeiro dia do ano. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao entrar no seu último ano de mandato, focou em consolidar entregas sociais, enquanto a oposição buscou unificar um discurso em torno de nomes viáveis.

As fontes de notícias, como a *Folha de S.Paulo* e o *G1*, destacaram que as pesquisas de intenção de

mas com uma classe média ainda cética. O "centrão", liderado pelas presidências da Câmara e do Senado, começou a se movimentar para garantir nacos de poder no orçamento de 2026. A grande questão de janeiro foi a definição dos palanques estaduais: candidatos ao governo começaram a amarrar alianças com os presidenciais, transformando as capitais em verdadeiros campos de batalha retórica.

voto publicadas nas duas primeiras semanas de janeiro mostram um cenário de resiliência do governo,

A direita, por sua vez, viveu um janeiro de definições. Sem a figura principal de Jair Bolsonaro (inelegível), nomes como Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado ganharam tração mediática. O debate sobre a "herança do bolsonarismo" versus o "conservadorismo moderado" pautou os editoriais do *Estadão* e do *O Globo*, sinalizando que a disputa não será apenas entre esquerda e direita, mas pela alma da centro-direita brasileira.

Douglas Sousa Lauletta

### O Marco da Reforma Tributária

No campo econômico, o foco absoluto de janeiro de 2026 foi a entrada em vigor da fase de transição da Reforma Tributária. Após anos de debates legislativos, o início deste ano marcou a convivência dos antigos impostos com os novos modelos de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) o IBS e a CBS.

Analistas do *Valor Econômico* apontaram que as empresas brasileiras enfrentaram um janeiro de "caos administrativo controlado", com a implementação de novos softwares de faturamento para lidar com a tributação dual. O Ministério da Fazenda, sob o comando de Fernando Haddad, passou o mês em uma ofensiva de relações públicas para convencer o mercado de que o sistema trará simplificação a longo prazo, apesar da inflação de curto prazo no setor de serviços.

Além disso, a política de reajuste do salário-mínimo, que passou a vigorar em 1º de janeiro com ganho real, foi utilizada pelo governo como um trunfo de popularidade. Contudo, o Banco Central manteve o alerta sobre o cumprimento das metas fiscais. A tensão entre a necessidade de gasto público para garantir a reeleição da coalizão governista e a responsabilidade fiscal foi o tema central das colunas de economia de todo o país.

Douglas Sousa Lauletta

### Governança, Crise de Segurança e Meio Ambiente

O terceiro pilar deste início de ano foi a crise na segurança pública e as pressões internacionais sobre o clima. Janeiro de 2026 registrou um aumento na percepção de insegurança urbana em grandes metrópoles, o que forçou o Governo Federal a lançar o "Plano Nacional de Segurança 2026", tentando nacionalizar uma pauta que historicamente pertence aos estados. Reportagens da *CNN Brasil* detalharam as dificuldades de coordenação entre a Polícia Federal e as polícias militares estaduais, muitas vezes alinhadas ideologicamente à oposição.

Na frente ambiental, o Brasil iniciou o ano sob os olhos do mundo devido à proximidade da COP que o país sediará ou influenciará diretamente (dependendo do ciclo). Os dados de desmatamento de janeiro, reportados pelo INPE, mostraram uma queda sustentada, mas as queimadas atípicas no Cerrado e o estresse hídrico no Sul serviram como lembretes de que a mudança climática é uma realidade eleitoral.

Por fim, a relação entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) entrou em uma fase de "vigilância institucional". Com o Congresso retomando os trabalhos em fevereiro, janeiro serviu para o governo desenhar estratégias para barrar pautas de costumes que poderiam alienar o eleitorado evangélico, um grupo considerado chave para o desfecho das eleições de outubro.

Em suma, janeiro de 2026 não foi um mês de férias políticas. Foi um período de alicerces: o alicerce da nova economia tributária, o alicerce das alianças eleitorais e o alicerce de uma governabilidade que será testada ao limite nos próximos nove meses. O Brasil que emerge deste primeiro mês do ano é um país que respira eleição, mas que ainda luta para digerir reformas estruturais profundas que mudarão o cotidiano de seus cidadãos pelas próximas décadas.

Saulo Santana

### A Crise de Confiança na Sociedade Brasileira

Um relatório anual do Índice de Confiança Social (ICS) revelou que a sociedade brasileira bate recordes de desconfiança que não eram alcançados desde o ano de 2018. Segundo os pesquisadores envolvidos, todas as instituições sociais, especialmente as políticas, demonstraram algum grau de queda neste ano de 2025, com



destaque para os políticos de modo geral, que despontam com as piores pontuações. Isso, no entanto, desnuda uma realidade muito mais perversa à medida que se nota o quão relacionada essa crise de confiança na sociedade está com a erosão da robustez das instituições nacionais. Portanto, é imperiosa a necessidade de buscar, à luz da Economia Institucional, entender tanto as raízes quanto às possíveis soluções para o problema.

## As raízes e impactos da desconfiança

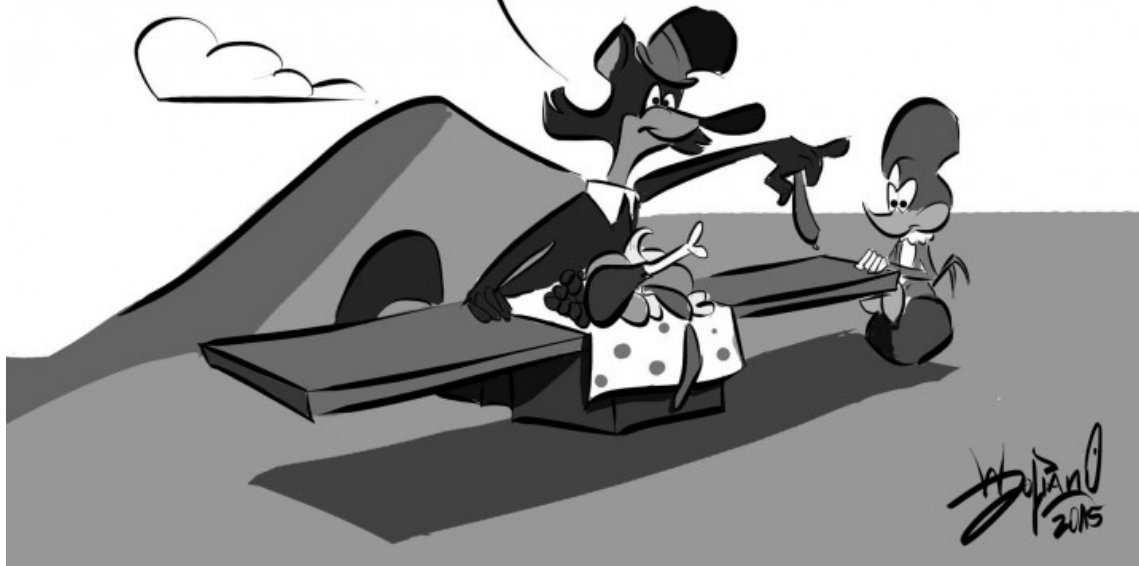
Apesar de, a um nível individual, as ações serem premeditadas por meio de deliberações arbitrárias, as escolhas, isso já não acontece a nível comunitário. Nessa escala, as pessoas tendem a preferir se organizar em torno de normas éticas de justa conduta que permitem a consecução harmoniosa das ações que julgam necessárias para alcançar os fins desejados sem que isso implique disputas desnecessárias. Isso está refletido até na própria definição da Economia enquanto ciência, a qual é a área que estuda a aplicação de meios escassos para o alcance de fins desejados.

O conjunto dessas interações, que emergem por meio de interações livres, é chamado de ordem espontânea. Ela, de acordo com o Nobel de Economia Friedrich Hayek, é a principal responsável pela capacidade da civilização humana se sustentar em conhecimentos que ninguém possui individualmente. O que ele havia querido dizer é que, como há um número infido de pessoas interagindo a todo instante, é impossível uma única pessoa, corporação ou comitê concentrar todo o conhecimento necessário para coordenar todas essas atividades. Mais do que isso, o conhecimento difuso possui natureza tácita, ou seja, é possível entender em profundidade como as normas são do jeito que são, mas não entender plenamente o porquê delas serem do jeito que são.

Esse é um bom ponto de partida para entender-se a crise de confiança na sociedade brasileira porque, conforme o leitor atento deve ter intuído, esse conjunto de normas foi pervertido por fatores exógenos à ordem espontânea, que tende a selecionar os conjuntos mais úteis, por outros modelos que favorecem certos grupos em detrimento dos demais, que não precisam realizar prestação de contas à sociedade,

### MATEMÁTICA POLÍTICA

UM PARA VOCÊ, UM PARA MIM,  
DOIS PARA VOCÊ, UM, DOIS, PARA MIM...



Charge feita por Adriano Paiva.

gerando a injustiça que pode catalisar a desconfiança. Pondo em outras palavras.

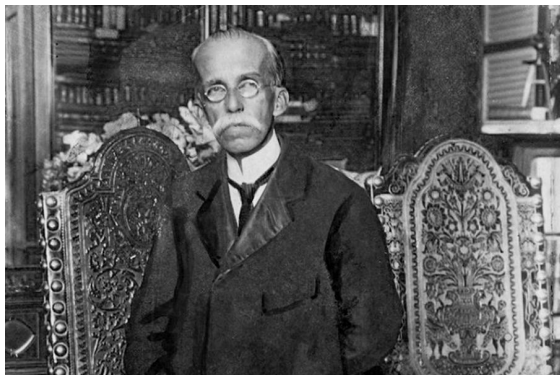
*“Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, os protegem de você; quando perceber que a corrupção é recompensada e a honestidade se torna um auto-sacrifício — então saberá que sua sociedade está condenada.” (Ayn Rand)*

Uma sociedade que premia os inovadores, os poupadores e os empreendedores tende a refletir propensões maiores para o desenvolvimento econômico e para a coesão social, mas quando os incentivos para crescer são perversos, como bem pontuou Ayn Rand, não raro isso costuma ser o presságio para a perdição de uma sociedade. Se, em vez de premiar a prudência, o esforço e a cooperação, se premiar os contatos, os sobrenomes e a capacidade de tirar vantagem, naturalmente ocorre uma perversão moral da mesma. Entretanto, como nenhuma sociedade sobrevive sem um mínimo dessas mesmas interações que se veem prejudicadas

Num sistema de nomos-cosmos, isto é, ordem espontânea, os trapaceiros são naturalmente isolados em favor dos mais honestos, pois existe concorrência, gerando incentivos reais de autopreservação. Quando o sistema é pervertido em thesis-taxis, os incentivos para a prestação de contas são reduzidos, mitigando paulatinamente o instinto de autopreservação trazido pela concorrência. Isso não só preserva, mas incentiva os maus elementos dentro das estruturas burocráticas. Noutros termos, isso explica porque as sociedades cujos Estados estão mais hipertrofiados tendem a ser mais corruptas, gerando um círculo vicioso em que os trapaceiros minam a confiança e criam, assim, mais desconfiados que tendem a trapacear mais.

Nesse sentido, um dos exemplos mais conspícuos disso na teoria econômica é, certamente, o “rent-seeking”, termo cunhado pela Escola da Escolha Pública para descrever o fenômeno da captura das instituições públicas por interesses privados. Isso, na sociedade brasileira, se resume na célebre frase do jurista Ruy Barbosa: “Na monarquia, o Parlamento era uma fábrica de estadistas. Na república, um balcão de negócios.”





O diplomata brasileiro Rui Barbosa  
Foto: © Arquivo Nacional

por essa estrutura de incentivos, as pessoas passam a trapacear mais e a buscar em agentes exógenos, como agências de regulação, mais salvaguardas institucionais.

Quando as empresas deixam de ter incentivos para investir em produção, mas, pelo contrário, investir num corpo robusto de advogados, juristas e parlamentares capazes de assegurar os seus interesses, não no Estado, e sim no mercado,

Quinta-Feira  
15 de janeiro de 2026

# JORNAL DO M.O.P.

2ª Edição

então vê-se que tão-somente as instituições já foram capturadas pelas próprias elites que ajudou a formar. Essa é a razão principal pela qual, por exemplo, a indústria automobilística brasileira permanece eternamente em “incipiência” há mais de 70 anos, demandando mais subsídios e proteções do Estado do que nunca, enquanto a Coréia do Sul precisou de meros seis anos para transformar a Samsung numa empresa gigante. Isso reforça o paradigma de que, para se enriquecer, os contatos com a máquina burocrática e o berço de ouro são mais importantes do que a inovação, a cooperação e o esforço. Aqui, no Brasil, isso é uma verdade cada vez mais palpável, mas não o era nos Estados Unidos e no Reino Unido de quando da Revolução Industrial.

Nenhuma sociedade se desenvolve enquanto o Estado for desenhado para atender aos interesses de uma elite minúscula às expensas do resto da sociedade.

Além disso, essas estruturas vis afetam desproporcionalmente as populações mais carentes. Segundo a Edelman Trust, os indivíduos de mais baixa renda possuem um índice de confiança de 43 pontos, enquanto os de renda mais elevada pontuaram 59 pontos. Mais do que mostrar quem é mais impactado, isso mostra quem realmente sai prejudicado nesse jogo de soma-zero. O termo cunhado para encetar isso é “crise de ressentimento”. Os níveis indicados em países da América Latina e Caribe são naturalmente mais altos do que a média global.

No total, somente 12% dos latino-americanos confiam nas pessoas, percentual quase duas vezes menor do que a média mundial de 25%, mas no Brasil, o pior de três os países latinos nesse quesito, pontua quase três vezes menos do que a média continental e quase seis vezes menos do que a média global.

O problema disso é que os países com mais altos níveis de confiança interpessoal são justo aqueles que possuem maiores índices de crescimento econômico, inovação, empreendedorismo, dentre outros. Prova disso é que os países mais ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pontuam, em média, mais de 40%. Mais do que isso, se criam pressões adicionais sobre as empresas,



(OCDE, 2020)

que levam à corrupção, aumentando a desconfiança e a demanda por mais leis.

A consequência mais imediata desse problema é o aumento da dívida pública, que no final de 2025 alcançou o inédito patamar pós-pandemia de 78,4% do PIB. Isso, ironicamente, corrói a confiança dos mercados na capacidade de pagamento do Estado brasileiro, que se vê forçado a “trapacear” emitindo mais notas, aumentar os impostos e rolar a dívida. Isso, no entanto, é insustentável, posto que a economia possui um certo nível de resiliência para a asfixia que, se superada pelo desgaste, pode preceder uma recessão.

Apesar das implicações fiscais e monetárias serem muito mais

<p>que se veem pressionadas não só pelo governo, mas pelos consumidores. O mesmo levantamento da Edelman destaca justamente isso: houve um recrudescimento na percepção de que as marcas não estão agregando valor real à sociedade. Mesmo assim, os CEOs das empresas para quem as pessoas trabalham, junto de cientistas e especialistas técnicos, costumam pontuar mais alto nesse índice.</p> <p>Outro ponto relevante é que as pessoas acreditam que os líderes empresariais devem assumir o protagonismo social,</p>	<p>articulando estratégias coordenadas com o poder público e o terceiro setor para suplantar desafios persistentes de caráter coletivo. Espera-se muito das grandes empresas e do Estado, mas pouco se confia na comunidade, especialmente após a pandemia de Covid-19. Isso cria uma aparente contradição na sociedade brasileira, onde os problemas locais e a resolução de conflitos são constantemente delegados a figuras de “instâncias superiores”, refletindo o círculo vicioso da regulamentação estatal como o principal agente para a mudança estrutural dos incentivos</p>	<p>numerosas e profundas do que isso, detalhá-las não é o foco do texto. Portanto, indo às vias de fato, a segunda consequência é mais profunda e imperceptível, pois não pode ser medida em gráficos simples, que é a canalização subótima de talentos e recursos. Chega a ser deprimente pensar nos infindáveis talentos desperdiçados por conta disso. Quantas pessoas, pergunte-se, estão direcionando os seus esforços para a “trambicagem” e que, se os incentivos fossem um pouco diferentes,</p>
--	--	--

<p>poderiam estar, agora mesmo, direcionando as suas energias para a fabricação e distribuição de vacinas, construção de imóveis e inovação tecnológica. Sim, é óbvio que esse desperdício de potencial não é causado somente pela falta de incentivos para cooperação e sim pela falta de oportunidades, mas o processo de mercado é o principal agente por trás da geração de riqueza e democratização do poder de iniciativa. Na prática, até as próprias desigualdades sociais, conquanto possuam raízes históricas profundas, poderiam ser combatidas se os agentes fossem economicamente mais livres para atender às demandas do seu entorno social e, tão-somente, tivessem incentivos reais para tal.</p>	<p>E fica pior: o psicológico norte-americano Dan Ariely conduziu um estudo onde os participantes, incumbidos de responder exercícios de matemática, tinham incentivos para trapacear, posto que eles corrigiram as próprias provas. Concluiu-se que, em média, as pessoas que tinham a oportunidade de trapacear relatavam um número ligeiramente maior de acertos do que as que não tinham. As pessoas tendem a ser desonestas apenas o suficiente para obter vantagens pontuais, não generalizadas, de modo a assegurar a sua autoimagem de indivíduos razoavelmente honestos. Isso mudou quando incluíram atores pagos para trapacear de forma conspícua, servindo como mau exemplo.</p>	<p>Vendo a impunidade dos sujeitos, os demais também começaram a trapacear mais, indicando que a percepção de prevaência da injustiça alimenta a própria injustiça e a desconfiança. Note que isso não é de hoje:</p> <p><i>“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto” (Ruy Barbosa)</i></p> <p>E isso se confirma também nos números trazidos pela OCDE este ano: 82% do brasileiros, mais do que a média dos demais países-membros, veem</p>
---	--	--





dos anos 1980. Nessa época, a pujança econômica da metrópole derreteu em razão de uma forte crise econômica no setor imobiliário, o que catapultou inúmeras pessoas direto para a pobreza. Essa nova conjuntura pode ter influenciado o recrudescimento da criminalidade, fortemente associada à violência urbana e à destruição da propriedade pública e privada. Foi nesse contexto que o prefeito David Dinkins buscou um aumento massivo nos impostos municipais para conter o déficit público agravado pela crise. No auge do decênio, a criminalidade per capita total à impressionante taxa de 6.363,8 crimes por 100 mil habitantes. As taxas de homicídios em específico chegaram a 14,5 por 100 mil habitantes (lembrando que, acima de dez, a Organização Mundial da Saúde classifica como violência endêmica).

Houve, no entanto, uma melhoria econômica entre 1990 e 1993, que, apesar de modesta, pode ter contribuído para uma diminuição igualmente módica da criminalidade. Em 1990, a renda per capita do cidadão de Nova Iorque

o ato de não denunciar a corrupção como cumplicidade, mas 48%, porém, afirma ser melhor permanecer em silêncio diante de um caso de corrupção, indicando falta de proteção institucional para os denunciadores. Quanto à percepção de corrupção por instituição de 2019, o percentual daqueles que creem que a maioria, senão todos, são corruptos varia, mas lideram deputados e senadores (63%), vereadores (62%),

gabinete presidencial (57%) e executivos de empresas (50%). Isso cria um reforço negativo, pois os incorruptíveis são afastados em lugar dos mais propensos a desviar os recursos dos pagadores de impostos, reforçando a descrença nas instituições.

Além disso, esse problema possui uma raiz criminológica. Um exemplo disso é a Nova Iorque dos

Iorque era de US\$23.992,00, chegando a US\$25.561,00 três anos mais tarde. Por outro lado, a criminalidade per capita permaneceu elevada (5.551,3 por 100 mil). Mesmo assim, isso não era o suficiente para resolver o problema. Segundo o economista Gary Becker, existe um viés cognitivo racional por trás da criminalidade que explica a ocorrência elevada de crimes em contextos como esse.

Conforme ele aponta, o criminoso realiza um cálculo de valoração que compara o retorno esperado do crime com o retorno do trabalho lícito – implicando que espolições indiscriminadas da riqueza produzida, seja mediante impostos ou risco de roubo, induz

No caso novaiorquino, as medidas adotadas foram drásticas no sentido de (1) desincentivar o crime e (2) incentivar atividades economicamente produtivas.

Foi então que, empossado em 1994, o Republicano Rudolph Giuliani implementou o Programa de Limpeza Cívica, com ações detalhadas em cinco eixos criminológicos distintos: o punitivo, o reabilitativo, a preventiva, a restaurativa e a dissuasória. Em síntese, o que foi feito pelo governo foi (1) adotar a lei dos três strikes e as famosas políticas de tolerância zero, (2) a criação de programas de educação e requalificação em prisões, (3) o aumento do policiamento em áreas de vulnerabilidade, (4) a

Além disso, ele foi o responsável por liderar a redução em 60% do número de beneficiários de programas assistencialistas e reduzir mais de 23 impostos (resultando em mais de US\$2,3 bilhões em alívio), resultando em mais de 450 mil novos empregos no setor privado. Esse conjunto de ações, que abrangem tanto o reforço da segurança pública quanto a criação de empregos, criaram incentivos tais para a redução da criminalidade que o número total de crimes per capita despencou, entre 1990 e 1999, em quase 50%, e em relação ao ano de aplicação das medidas (1994) e o último ano dessa década, a queda permaneceu acentuada (35,3%). Esse caso lança



a mais crimes –, descontando a probabilidade de punição, severidade e custo moral e aprendizado por meio de experiências.

criação de programas de reparação de danos às vítimas e (5) a adoção de penas exemplares.

luz sobre um poderoso insight, o de que a única via é a:



## ***Entre o Leviatã e o Behemoth e conclusão***

Durante o século XVII, a Inglaterra, sob controle da dinastia Stuart, vivia sob constante tensão entre duas grandes forças institucionais que representavam interesses distintos: a Coroa, que representava o absolutismo autocrático arquetípico do Ancien Régime, e o Parlamento, instituído em 1295 por Eduardo I, aglutinando os interesses dos mais diversos segmentos da elite inglesa, o que incluía uma burguesia incipiente.

Os seus principais interesses, em fins dos anos de 1600, eram sobretudo comerciais. A Coroa, no entanto, tencionava expandir o poder régio através de medidas extremamente impopulares, como a imposição arbitrária de novas taxas e a instituição de monopólios reais nesses mesmos setores de interesse do Parlamento.

Isso desencadeou um processo de ruptura definitivo entre as duas forças, deflagrado a partir da Revolução Gloriosa (1688).

Segundo os Nobel de Economia Daron Acemoglu e James Robinson, em sua obra “Porque as Nações Fracassam”, esse foi o marco inicial para a mudança de perspectivas institucionais na Inglaterra que, mais tarde, seriam responsáveis pela Revolução Industrial. Isso porque, ao limitar o poder da Coroa através de um Parlamento mais robusto, e este, por sua vez, não sendo dominado por um, mas sim infindos setores da sociedade que representam interesses distintos, o arcabouço institucional inglês soube limitar o exercício das deliberações arbitrárias de poderes escusos. Esses mecanismos são essenciais para combater os privilégios e o patrimonialismo ao mesmo tempo que, incentivando a atividade econômica fora do comando coercitivo de um monarca, fomentou a cooperação a nível comunitário e empresarial, fortalecendo a legitimidade do regime e assegurando a pujança a nível econômico.

Os resultados disso são claros na história, posto que o Reino Unido

protagonizou a Primeira Revolução Industrial e se tornou, por causa disso, uma das maiores potências coloniais do planeta, e também na própria cultura ocidental, dado que o inglês, em razão disso, tornou-se a língua magna da humanidade. O Brasil, por sua vez, embora tenha tencionado nessa direção em alguns momentos, como na Inconfidência Mineira ou na Independência, jamais trilhou efetivamente por esse caminho e, como resultado, nunca transicionou do status de uma nação periférica pós-colonial para o de um país central e independente.

Qualquer solução que tencione resolver o problema percorrido deve tocar, ao menos, em três setores: o político-institucional, o social/criminológico e,

por último, mas não menos importante, o econômico. Ir na direção certa, como no caso novaiorquino ilustrado acima, parece tentador, mas é imprescindível que haja incentivos políticos permanentes para tal, sem que, no entanto, a política se perverta num jogo de interesses escusos em que somente a voz dos poderosos é escutada em nome da “democracia”. Por isso que o preâmbulo do caso inglês se faz tão importante – afinal, nele está a chave para entender como instituições extrativistas podem guinar para a inclusão e a prestação de contas.

Nesse sentido, cabe ao Estado brasileiro, por meio de um novo arranjo político e institucional, favorecer modelos de

administração pública que incitem os burocratas não à busca pela estabilidade, como acontece hoje, mas à busca pela excelência. Um Estado centralizado e eficiente atua como condição sine qua non para a salvaguarda dos direitos de propriedade, das liberdades civis e da imposição da ordem. Sem isso, existe anarquia e, nela, as pessoas não têm incentivos reais para cooperar no longo prazo. Portanto, é imperiosa a criação de um arcabouço legal que traga isso para o Brasil, assim como trouxe para a Inglaterra em 1688, por meio do fim dos privilégios da elite do funcionalismo público, o fim de monopólios estatais em setores onde a sua atuação jaz desnecessária, como nos cartórios, e a criação de um



Retrato de Frederico Guilherme I, de Pesne Antoine

à captura convivendo com uma elite extremamente poderosa, os Junkers, que eram compostos pela elite agrária e a alta cúpula do funcionalismo público. Assim como o Brasil, o Estado precisava equilibrar-se no dilema de combater a influência deles sobre a política sem destruir as bases da própria economia. No entanto, ao contrário da Inglaterra, não havia uma burguesia incipiente significativamente forte, pois a concentração de renda era enorme. Foi nessa conjuntura que o Rei Frederico Guilherme I tomou a iniciativa de disciplinar a elite. Ele notou que o meio-termo ideal dentro desse dilema é subordinar as elites à lógica do Estado através da concessão do monopólio estratégico sobre cargos de oficialato militar e a atribuição de posições relevantes na administração pública em troca da autonomia política local e da liberdade para extrair rendas arbitrárias. Isso não eliminou-as, mas tornaram-nas menos extrativistas mediante a imposição de condicionantes para os seus privilégios.

É importante lembrar que, junto disso, houveram reformas importantes, como a padronização dos impostos, a redução de isenções arbitrárias e a

sistema eficaz de prestação de contas para servidores públicos, desincentivando e, em certos casos, até mesmo criminalizando-a, especialmente quando põe a vida de outras pessoas em risco ou lesa injustamente a propriedade alheia.

A única forma de assegurar esse processo de modo a não implicar a captura do público pelo privado é por meio da concorrência, o que aumentaria os custos do privilégio e assegurará a isonomia. Uma vez que as instituições representem um número suficientemente plural de interesses, torna-se muito mais difícil que elas privilegiem um único grupo

ou coalizão de grupos elitistas às expensas dos demais. Assim, os privilégios serão muito mais pontuais e menores. Se isso vier acompanhado de outras medidas, como a transparência para a prestação de contas, até a própria corrupção será erodida. Com isso, haverá a retomada da confiança com relação às instituições, o que já é um passo significativo para suplantar o desafio de superar o homem cordial.

Um exemplo prático disso é o caso da Prússia entre os séculos XVIII e XIX. Nela, assim como no Brasil, havia um Estado pobre e vulnerável



centralização da arrecadação. Tudo isso foi essencial para que a Prússia transicionasse das instituições extrativistas às inclusivas, pois viabilizou, no longo prazo, a criação de uma nova elite econômica subordinada ao mercado. Isso foi essencial para alicerçar o crescimento econômico substancial visto depois da unificação dos reinos germânicos sob o Segundo Reich (Império Alemão).

Quanto aos eixos social/criminal e econômico, o caso novaiorquino é extremamente intuitivo porque descreve quase perfeitamente as medidas ideais para que o povo recupere a confiança em relação aos seus pares.

Nesse sentido, as medidas necessárias para tal são justo aquelas que aumentam os custos marginais para delinquir, como o aumento das penas e das patrulhas policiais e a diminuição da impunidade, quanto diminuem, doutra feita, os custos para o trabalho, criando perspectivas reais de acúmulo de patrimônio por meio do trabalho, coisa que só é possível mediante reformas trabalhistas que facilitem a empregabilidade, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, e elevem as recompensas pelo esforço honesto em relação às obtidas no crime.

Mostras disso são visíveis no Brasil em anos recentes.

Um exemplo disso é um estudo do MIT conduzido pela pesquisadora Isadora Frankenthal, que analisou a expansão do iFood em 227 municípios paulistas entre 2012 e 2019. Os resultados mostram uma possível relação causal entre a expansão do aplicativo e a redução de 10% a 17% na criminalidade em geral. Isso implica dizer que o aplicativo reduziu o número de delitos em 529 ao ano em média. O estudo também mostra que não existem evidências de que o crime tenha sido dispersado em cidades vizinhas e, além disso, atestam que os efeitos dessas reduções foram mais sentidos em regiões de maior vulnerabilidade social.



Imagem da gravura do Leviatã, obra clássica que ilustra o livro “Leviathan” (1651) do filósofo inglês Thomas Hobbes.

A título de exemplo, o Reino Unido entre as décadas de 1990 e 2000, após adotarem políticas como essas, aumentaram os níveis gerais de confiança em mais de 10%, enquanto a França, que também seguiu esse caminho nesse período, viu um aumento de 16%, e a Itália, 8%. A Venezuela, por outro lado, seguiu o caminho oposto nesse mesmo período e, hoje, está com níveis altíssimos de desconfiança, abaixo da já não muito alta média sul-americana. Portanto, acabar com a crise de desconfiança requer um esforço conjunto e permanente na direção certa, a que flutua entre o Leviatã e o Behemoth. Somente assim o Brasil terá perspectivas reais de grandeza, pois nenhuma nação soergue por sobre a desconfiança um Império, mas delega inteligentemente as funções certas às pessoas adequadas. Como disse Machado de Assis, “*Creia em si, mas não duvide sempre dos outros.*”

Outro, da Universidade de Oklahoma, concluiu, com base em dados trimestrais de criminalidade entre 2012 e 2021 de mais de 645 municípios de São Paulo, que esses serviços certamente foram responsáveis por partes significativas da redução de crimes como roubos, lesões corporais e até mesmo estupros e homicídios culposos no trânsito. Os efeitos tenderam a ser sentidos gradualmente, após cerca de três a quatro anos após a implantação das novas ofertas de emprego.

O ponto não é que, por meio desses aplicativos, trabalhadores têm perspectiva de acúmulo de

rede de amparo social para grupos historicamente marginalizados, pois só assim que muitos jovens honestos podem, de fato, ganhar dinheiro sem entrar no crime. Portanto, o que realmente está-se defendendo é que, por meio de uma rede ainda mais ampla de empresas operando livremente nesses mercados, mais jovens inexperientes e pessoas sem escolaridade alta poderão recorrer à obtenção de rendimentos honestos. Afinal, sim, usar a polícia para combater o crime é extremamente importante, mas só isso não basta – essas pessoas precisam



patrimônio, embora seja possível a muito custo, mas sim que eles oferecem uma importante

ter a onde recorrer: os empregos gerados pela iniciativa privada.

# JORNAL DO M.O.P.

Coluna Especial.

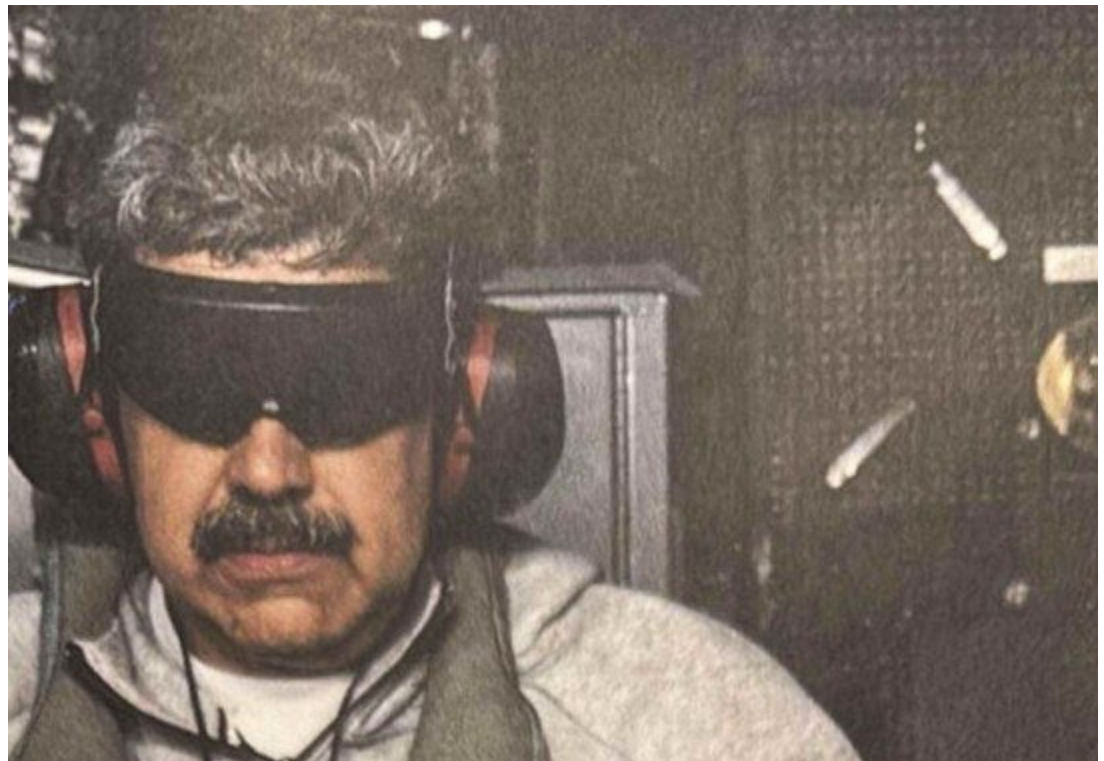
(Conexão entre Groenlândia e Venezuela)

Por *Douglas Sousa Lauletta*

Quinta-Feira  
15 de  
janeiro de  
2026

2ª Edição

A história política recente da Venezuela é definida pela transição de um petroestado em ascensão para um regime de sobrevivência sob intenso cerco internacional. O ciclo iniciou-se com a eleição de Hugo Chávez em 1998, que utilizou o boom das commodities petrolíferas para implementar o "Socialismo do Século XXI", um projeto que reduziu a pobreza extrema através de vastos programas sociais, mas que simultaneamente promoveu a erosão das instituições democráticas e a estatização da economia. Com a morte de Chávez em 2013, o país passou ao controle de seu sucessor, Nicolás Maduro, que herdou uma economia já fragilizada pela má gestão da estatal PDVSA e pela corrupção sistêmica. O governo Maduro coincidiu com o colapso dos preços do petróleo em 2014, mergulhando a Venezuela em uma crise humanitária sem precedentes, caracterizada por hiperinflação, escassez severa e um êxodo populacional massivo. Diante da perda de apoio popular, Maduro radicalizou o autoritarismo, neutralizando o parlamento de maioria opositora e realizando eleições amplamente contestadas em 2018. Esse cenário levou a um impasse diplomático em 2019, quando os Estados Unidos e dezenas de nações reconheceram Juan Guaidó como presidente interino, intensificando sanções econômicas drásticas. Em 2020, \_\_\_\_\_



Créditos a foto para: Platobr Internacional.

a justiça norte-americana elevou a pressão ao indiciar Maduro por narcoterrorismo, oferecendo uma recompensa milionária por sua prisão.

Embora ativos importantes do governo tenham sido apreendidos no exterior como o avião presidencial e a prisão temporária de operadores financeiros como Alex Saab, Maduro conseguiu se manter fisicamente no poder até os dias atuais, sustentado pela lealdade da cúpula militar venezuelana e pelo suporte geopolítico de aliados como Rússia e China, frustrando as tentativas de uma captura física ou de uma transição imediata de governo. Hoje em 2026, assistimos a captura de Maduro e sua eventual prisão em meio a um mundo muito diferente de quando ele assumiu o poder.

Enquanto isso mais ao norte do continente o interesse dos Estados Unidos pela Groenlândia evoluiu de uma proposta comercial inicialmente vista como extravagante para um pilar agressivo de segurança nacional no governo de Donald Trump. Durante seu primeiro mandato, em 2019, Trump formalizou o desejo de comprar a ilha da Dinamarca, comparando a transação a um grande negócio imobiliário. Embora tenha sido recebido com incredulidade por Copenhague e Nuuk na época, o movimento marcou o início de uma reorientação

estratégica: os EUA reabriram um consulado em Nuuk em 2020, após décadas de ausência, e lançaram pacotes de ajuda econômica para mineração e educação, visando minar a influência da China e da Rússia na região. Com o retorno de Trump à Casa Branca em 2025, essa política subiu de tom, deixando de ser apenas uma oferta de compra para se tornar um imperativo geopolítico. O governo americano passou a argumentar que o controle da Groenlândia é vital para garantir o acesso a metais de terras raras essenciais para a transição tecnológica e para monitorar as novas rotas marítimas abertas pelo degelo do Ártico. Recentemente, a nomeação de enviados especiais e a retórica de que a ilha poderia ser anexada "de uma forma ou de outra" geraram uma crise diplomática sem precedentes com a Dinamarca e a OTAN, transformando o vasto território gelado em um dos principais focos de tensão da política externa americana atual.

Mas a pergunta que você leitor deve estar se fazendo é: Por que você está tentando conectar a Groenlândia e a Venezuela?

seja como queira chamar, eu apenas preciso clarear para você como estão conectados. Ambas as nações possuem recursos e posições estratégicas no globo, porém o principal ponto não é esse, tudo isso são meras conveniências necessárias para os E.U.A. Como sabemos a famosa "terra do tio Sam" tem sido uma potência hegemônica desde 1991 com a queda da U.R.S.S acreditava-se que mundo seria regido por uma influência unipolar controlada pelos E.U.A onde seria o "policia do mundo". O tempo passou, e o tempo mostrou que esse mundo unipolar viria a ruir, países passaram a ascender no cenário global. A China cada vez mais buscando independência econômica dos E.U.A e buscando uma consolidação de sua zona de influência, por outro lado a Rússia que ainda carrega muito do legado soviético tenta rebuscar a sua zona de influência nas ex

E no meio disso tudo a economia americana tem mais e mais gastos, com uma dívida no qual não consegue pagar que acabar impactando na vida do americano comum e nas suas operações dentro e fora do país.

Os E.U.A não conseguem ser o "policia do mundo", são muitas zonas para atuar e guarnecer, muitos gastos, muita logística para dar conta. Desde então nesse atual segundo governo Trump, foi feita uma escolha capaz de enxugar os gastos e garantir zona de influência certa. Trump decidiu recuar de várias regiões do globo para focar naquilo que é garantido, que é o continente americano, que é seu quintal estratégico. Isso é bem observado da maneira que Trump lida com os aliados tradicionais dos E.U.A que são os países europeus, quando trata esses países com tom de desdenho e agressivo. Isso é uma clara mensagem para os

isso é uma forma ríspida de mostrar a eles que não são mais a prioridade dos E.U.A, mas que agora as Américas que são a prioridade de Trump quando ele anunciou uma política de "Doutrina Monroe 2.0". Para Trump é mais importante assegurar o seu quintal, vetar influências chinesas e russas nas Américas, não sendo atoa ele mirou no país que mais tem ligação com a China e Rússia que é a Venezuela Assim ele ordenou o ataque feito à Venezuela e resultando na captura de Nicholas Maduro. Isso é uma clara mensagem aos líderes políticos da América Latina principalmente de esquerda que possuem uma tara em se juntar a regimes que em nada respeitam os direitos humanos que eles tanto gostam de falar como a China e Rússia. Assim na Groenlândia que é território de seu aliado a Dinamarca que ao contrário de ser um país



<p>repúblicas soviéticas que hoje são nações independentes.</p>	<p>Europeus onde “Seu continente não me interessa, vocês não terão mais proteção, não preciso de vocês”,</p> <p>.</p>	<p>influenciado pela Rússia e China,</p>
<hr/>		
		<p>nas próximas décadas contra a crescente ameaça que a China está se tornando. Acredito eu que Trump está se assegurando primeiro nas Américas e assim que ele se sentir seguro de seu quintal estratégico ele irá partir para o Pacífico enfrentar a China de forma mais confiante. Oremos para que o Brasil não sofra fortes penalidades de Trump e demais governos posteriores que encabeçar essa ideia, infelizmente estamos sujeitos a um país assim com uma forte política imperialista porque nossos políticos não se preocuparam em desenvolver nosso país e povo para resistir algo assim, esse é o custo da incompetência e da corrupção. Que Deus nos proteja e que possamos como povo acordar, mudar e tomar as rédeas de nossa nação.</p>
<p>está localizado em uma região altamente estratégica, além disso há acesso as terras raras que hoje quem tem maior parte do acesso é a China e que vetou os E.U.A de ter acesso, e mais importante a Groenlândia é um território no continente americano, juntando esses fatores é notado que seria um alvo de Trump.</p>	<p>Desta forma demonstro a você leitor que a Venezuela e a Groenlândia estão conectadas sobre a “Doutrina Monroe 2.0” de Trump e que para isso se concretizar valerá de uso militar se necessário, pois para trump isso é uma questão de segurança nacional e que irá decidir a sobrevivência do domínio americano</p>	